

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.449 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 5 DE MARÇO DE 2002

## Comissão mista vota este mês projetos que reprimem seqüestro

Propostas que tratam da repressão a seqüestro já obtiveram consenso entre parlamentares do grupo encarregado de estudar crimes contra a vida e o patrimônio. Hoje, às 17h, eles devem apresentar a lista de projetos que podem ser examinados pela Comissão Mista de Segurança Pública. O calendário prevê votações a partir do dia 12.

PÁGINA 3



Trajatória de Covas deve ser lembrada hoje por senadores de diferentes partidos

### Em sessão especial, Senado reverencia memória de Covas

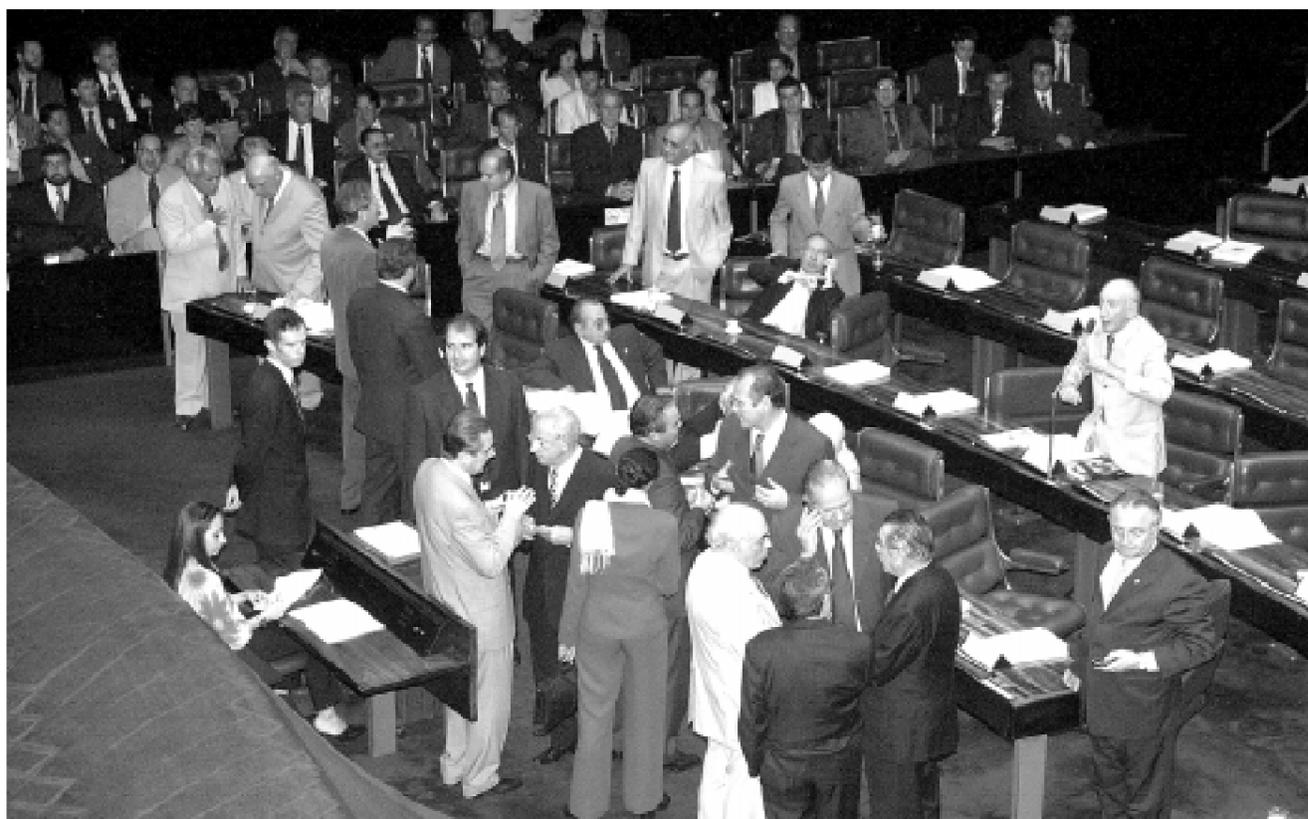
PÁGINA 2



Parente foi convidado a comparecer à Comissão Mista Especial da Crise de Energia

### Parente faz balanço do racionamento de energia elétrica

PÁGINA 4



Mudança na forma e nos prazos de pagamento dos financiamentos rurais é um dos principais temas do Plenário hoje

### Plenário analisa ampliação de prazo das dívidas rurais

Projeto de lei de conversão da medida provisória que estabelece alongamento e repactuação da forma de pagamento dos financiamentos agrícolas já foi aprovado pela Câmara. Também está na pauta de hoje proposta de modificação do Estatuto dos Militares.

PÁGINA 2

### Ministros podem ser convocados para debater informática nas escolas

PÁGINA 6

### Senadores defendem intensificação do combate ao surto de dengue

PÁGINA 7

# CAE examina normas para cooperação entre União, estados e municípios

Proposta define princípios gerais, divisão de responsabilidades financeiras e setores prioritários para o desenvolvimento de projetos com a participação dos três níveis de governo

## Senado presta homenagem a Mário Covas

Duas vezes governador de São Paulo, senador, deputado federal e constituinte, Mário Covas, falecido em 6 de março do ano passado, vítima de câncer, será reverenciado hoje, às 11h, em sessão especial do Senado solicitada pelos senadores Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL), Maguito Vilela (PMDB-GO), Jefferson Péres (PDT-AM) e Pedro Simon (PMDB-RS).

Covas será homenageado por oradores indicados pelas lideranças partidárias. Estão inscritos para falar Pedro Simon, José Serra (PSDB-SP), Artur da Távola (PSDB-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP), Jefferson Péres, Arlindo Porto (PTB-MG) e Romeu Tuma (PFL-SP).

Mário Covas destacou-se como parlamentar, ainda nos anos 60, e foi um dos jovens fundadores do Movimento Democrático Brasileiro, que deu origem ao PMDB. Durante o regime militar, aos 37 anos, Covas liderou a bancada da oposição, e tendo ao seu lado políticos como Tancredo Neves, Franco Montoro e Ulysses Guimarães, lutou pela redemocratização.

Em 1969, Mário Covas teve o mandato de deputado federal cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos. Voltou à vida pública com a reabertura política e a anistia. Em 1989 foi candidato a presidente da República.

Covas foi eleito governador de São Paulo em 1994 e reeleito em 1998. Lutou contra o câncer por dois anos e emocionou o país, ao cumprir, até o fim, sua agenda à frente do governo.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá analisar, em sua reunião de hoje, projeto de lei complementar que fixa normas para a cooperação entre a União e os estados, o Distrito Federal e os municípios com vistas "ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional". A proposta, de autoria da ex-senadora Luzia Toledo, recebeu parecer favorável do relator, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).

O projeto prevê a fixação de normas para a realização de convênios nas áreas de educação e ensino; melhoria das condições sanitárias e de saúde pública; combate à pobreza; geração de emprego e renda; preservação ambiental; desenvolvimento científico e tecnológico; proteção dos bens culturais; fomento da produção agropecuária e do abastecimento e desen-



Carlos Bezerra deu parecer favorável ao projeto da ex-senadora Luzia Toledo

volvimento urbano. O projeto regulamenta o parágrafo único do art. 23 da Constituição.

Segundo Carlos Bezerra, "um dos maiores desafios a serem enfrentados no desenvolvimento do país é a questão da heterogeneidade de condições entre regiões e mesmo dentro dos limites destas". Para o senador, a proposta estabelece, em primeiro lugar, a forma de viabilizar a cooperação conjunta – o

convênio – e, a partir dessa base, considera os princípios gerais, a divisão das responsabilidades financeiras e os setores prioritários para o desenvolvimento dos projetos.

Também recebeu parecer favorável na CAE e está na pauta de hoje projeto de lei da Câmara que pretende corrigir metodologia de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, no caso de rendimentos cumulativos

recebidos em atraso, para que estes não mais sejam considerados como pagamento único que, por ser uma soma mais elevada que o valor mensal ao qual se refere, acaba ficando sujeito a alíquotas mais elevadas.

A CAE deverá também examinar hoje projeto de lei de autoria do senador Álvaro Dias (PDT-PR) que pretende aperfeiçoar a sistemática de distribuição do salário-educação.

## Plenário vota hoje MP das dívidas rurais

O Senado vota hoje medida provisória que trata do alongamento e da repactuação da forma de pagamento das dívidas rurais. A MP desonera os produtores em suas obrigações de curto prazo, dilui compromissos e estabelece premiação, na forma de desconto sobre o saldo devedor, a todos aqueles que quitarem suas prestações antes da data do vencimento.

Na mensagem enviada ao Congresso, o governo diz que a

medida fixa prazo suficiente para o saneamento financeiro mesmo dos produtores em situação mais delicada, visto prever plano de pagamento em 25 anos, o que propicia reconduzi-los à condição natural de beneficiários do crédito rural. A MP será votada na forma de projeto de lei de conversão, aprovado na Câmara dos Deputados conforme texto relatado pelo deputado Confúcio Moura.

Na mesma sessão, o Senado vota projeto de lei da Câmara

modificando o Estatuto dos Militares e alterando dispositivos concernentes à transferência para a inatividade remunerada. Serão votados também dois projetos de resolução autorizando o Brasil a contrair empréstimo de US\$ 100 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e permitindo que a União dê garantia a operação de crédito de US\$ 300 milhões, entre o BNDES e o Japan Bank for International Cooperation.



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 5 DE MARÇO DE 2002

Presidente  
Ramez Tebet

10h – Recebe o embaixador Souza Gomes  
10h30 – Recebe a embaixadora do México, Cecilia Soto, e o embaixador do Canadá, Jean Pierre Juneau  
17h – Sessão especial destinada a reverenciar a memória de Mário Covas  
15h – Recebe o embaixador da Líbia, Mohamed H. Matri  
14h30 – Preside sessão do Senado

### PLENÁRIO

11h – Sessão especial  
Pauta: Sessão destinada a reverenciar a memória do ex-governador, ex-senador, ex-deputado federal e ex-constituinte Mário Covas, falecido em 6 de março de 2001, nos termos dos requerimentos nºs 59, 60 e s/n, de 2001, de autoria dos senadores Teotonio Vilela Filho, Maguito Vilela, Jefferson Péres, Pedro Simon e outros.

14h30 – Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Entre outras matérias, Medida Provisória nº 9/01, que dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural de que trata a Lei nº 9.138/95; PLC nº 125/01, altera o art. 98 da Lei nº 6.880/80, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares; PR nº 01/2002, autoriza a União a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 100 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); PR nº 2/02, autoriza a União a conceder garantia à operação de crédito externo a ser celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), no valor equivalente a até US\$ 300 milhões, de principal; e Requerimento nº 20/02, solicita, nos termos regimentais, a inclusão na ordem do dia do PLS nº 96/01, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827/89.

### COMISSÕES

10h – Comissão de Assuntos Econômicos  
Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

11h30 – Comissão de Educação  
Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15

14h30 – Comissão Mista de Orçamento  
Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

17h – Comissão Mista de Segurança  
Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7

17h30 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura  
Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13

17h30 – Comissão Conjunta do Mercosul  
Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9

18h – Comissão Mista Especial da Crise de Energia Elétrica

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

## Comissão se pronuncia sobre dois acordos de extradição

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se hoje para votar uma pauta com seis itens, entre os quais dois projetos de decreto legislativo que aprovam textos de acordos sobre transferência de estrangeiros entre o Brasil e países da América do Sul.

Um dos projetos referenda o texto do tratado sobre transferência de pessoas condenadas e de menores sob tratamento especial com o governo do Paraguai, celebrado em 2000. O relator, senador Fernando Matusalém (PPB-RO), apresentou parecer favorável à matéria. Outro projeto aprova acordo de extradição entre os países membros do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai),

Bolívia e Chile, assinado no Rio de Janeiro em 1998. O relator, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), é favorável ao acordo.

Os senadores devem analisar ainda projeto que aprova acordo com a Bolívia para recuperação de bens culturais e patrimoniais roubados ou que tenham sido importados ou exportados ilícitamente. O senador Matusalém, que também relata a matéria, apresentou parecer favorável ao projeto.

Na mesma reunião da CRE, será examinado projeto que aprova acordo de cooperação científica e tecnológica realizado com o governo da Eslovênia. O relator é o senador Bernardo Cabral (PFL-AM). A reunião do colegiado está agendada para as 17h30.

## Termina amanhã análise de destaques à PEC do Judiciário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve concluir na reunião de amanhã, às 10h, votação dos destaques ao relatório apresentado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) à proposta que reforma o Judiciário. Dessa forma, o parecer da CCJ estará pronto para ser encaminhado ao Plenário, onde será aberto prazo para novas emendas. Caso sejam apresentadas, a matéria voltará à CCJ, para Cabral emitir novo relatório sobre as alterações sugeridas.

Cabral introduz diversas modificações na proposta aprovada pelos deputados. O relator inclui, por exemplo, representantes do Senado, Câmara e Ministério Público na composição do Conselho Nacional de Justiça, que, no texto da Câmara, conta apenas com representantes do Judiciário. Cabral também sugere que o efeito vinculante não se limite às decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), estendendo-o ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A CCJ tem outros 32 itens na pauta, como o projeto de lei do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente de modo a permitir que avós possam adotar seus



Bernardo Cabral propõe que o efeito vinculante seja estendido às decisões do STJ

netos. A proposta também abre a possibilidade para crianças que não tenham certidão de nascimento matricularem-se em escolas públicas. O relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), recomenda a aprovação da matéria em caráter terminativo.

A comissão também deve deliberar sobre proposta de emenda à Constituição do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que inclui a certidão de casamento entre os documentos que devam ser emitidos gratuitamente. O relator, senador Iris Rezende (PMDB-GO), manifestou-se favoravelmente à matéria.

### NOTÁRIO

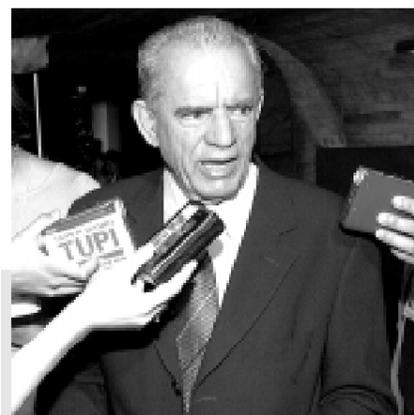
Da pauta da comissão consta ainda projeto de lei do Executivo que corrige erro na lei que mudou os critérios para preenchimento de vagas para notário (escrivão público, tabelião). A lei de 1994 determina que um terço das vagas existentes deve ser reservado para remoções, a serem preenchidas por meio de concurso público, inclusive com a realização de provas escritas. O projeto torna necessária apenas prova de títulos para a aprovação da remoção. O senador Gerson Camata (PMDB-ES) emitiu relatório favorável à mudança.

# Propostas contra seqüestro serão votadas ainda este mês

Os projetos foram os primeiros a obter consenso na Comissão Mista de Segurança, que estuda medidas de combate à violência

Projetos que tratam da repressão ao seqüestro já obtiveram consenso entre os parlamentares que compõem o grupo destinado a estudar os crimes contra a vida e o patrimônio. Por isso serão os primeiros a ser votados pela Comissão Mista de Segurança Pública. A lista das propostas sobre as quais já existe acordo deve ser apresentada pelo grupo na reunião de hoje, às 17h, e a votação das matérias começará dia 12, anunciou o presidente da comissão, senador Iris Rezende (PMDB-GO).

É consenso entre os deputados e senadores do grupo de trabalho a necessidade de se elevarem as penas dos criminosos envolvidos em seqüestro. Os parlamentares também querem tipificar o crime conhecido por seqüestro relâmpago, adiantou a sub-relatora do grupo, deputada Laura Carneiro (PFL-RJ). Outras medidas, como o bloqueio dos bens das vítimas



Iris Rezende anunciou que a votação terá início já no dia 12

de seqüestro, estão sendo analisadas.

Iris Rezende e o relator da Comissão Mista de Segurança, deputado Moroni Torgan (PFL-CE), decidiram que outros projetos que já disponham de consenso nos grupos de trabalho também deverão ser apresentados pelos respectivos sub-relatores para

votação nos dias 12, 13 e 14 de março. A comissão tem até 20 de abril para concluir seus trabalhos e votar o relatório final do deputado Torgan.

Até lá, os grupos continuarão a estudar as 246 proposições sobre segurança pública que tramitam no Congresso. Os grupos tratam dos seguintes temas: Lei de Execução Penal; crime organizado, narcotráfico e lavagem de dinheiro; estrutura da segurança pública; ações preventivas;

programas, planos e recomendações ao governo; agilização do processo penal; e crimes contra a vida e o patrimônio.

Iris, Torgan e o vice-presidente da comissão, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), organizarão a pauta das matérias que não contam com consenso e que necessitarão de outras discussões.

## CCJ examinará mudança no Sistema Nacional de Armas

Encontra-se pronto para ser incluído na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que altera dispositivos do Sistema Nacional de Armas (Sinarm). Com a proposta, o senador pretende reparar equívocos, afirma ele, que haviam sido suprimidos pelo Senado e voltaram a ser incorporados no retorno do projeto à Câmara dos Deputados.

Esses equívocos, conforme Tuma, "comprometem a qualidade jurídica do documento e contribuem para criar situações injustas e de desequilíbrio na distribuição da Justiça".

O Sinarm estabelece condições para o registro e porte de arma de fogo, além de definir crimes e estabelecer pena de detenção por até seis meses e multa para quem possuir, adquirir, guardar arma de fogo ou munição ou artefato de forma ilegal ou de uso exclusivo das Forças Armadas.

— A posse desse material em mãos de pessoas não autorizadas constitui grave ameaça à sociedade. Temos visto que, quando disponíveis por traficantes de dro-

gas, por exemplo, nas favelas cariocas, isso lhes dá o poder de assumir o controle de áreas e populações e impedir ao Estado o exercício e a manutenção do ordenamento jurídico. A lei que institui o Sinarm abrandou a pena para esses casos, igualando ao criminoso comum bandidos de grande periculosidade, que tanto sofrimento têm imposto à sociedade — afirma Tuma em sua justificativa.

### PENA

Poderá receber pena de seis meses, além de multa, a um ano aquele que, sendo proprietário de arma de fogo, não tomar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18 anos ou incapaz tenha acesso à arma. Ou então que disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em local público, em via pública ou em direção a ela. E também se a arma, munição ou artefato forem de uso restrito ou proibido.

A pena aumenta para até três anos, além de multa, nos casos em que a pessoa portar, empregar ou ocultar arma, munição ou artefato de forma ilegal. Também está sujeito à mesma pena aque-



Romeu Tuma: bandido de grande periculosidade não pode ser comparado ao criminoso comum

le que, ilegalmente, fabricar, vender, alugar, expor à venda, fornecer, ter em depósito, transportar, ceder (mesmo gratuitamente), emprestar arma, munição, componente, acessório ou artefato. Ainda estão sujeitos à mesma pena aqueles que suprimirem ou alterarem marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo, seus componentes ou acessórios.

A pena chega a cinco anos, além de multa, para quem modificar as características da arma de fogo, munição ou artefato para aumentar o seu poder e torná-las equivalentes aos de uso proibido ou restrito.

# Exigência de caução por hospital pode ser proibida

É o que prevê proposta do senador Paulo Souto que será examinada hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos

A prática adotada por hospitais e clínicas de todo o país, de exigir caução dos pacientes beneficiários de planos e seguros privados de assistência à saúde, poderá ser terminantemente proibida. Isso é o que prevê projeto de lei de autoria do senador Paulo Souto (PFL-BA) que deverá ser apreciado na reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta recebeu parecer favorável do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), para quem a medida, além de não ferir a Constituição, não provocará impacto econômico significativo às instituições privadas de saúde.

Segundo Paulo Souto, “a exi-



Segundo Paulo Souto, hospitais e clínicas fazem imposições abusivas

gência de caução ou outra forma de depósito pelas clínicas e hospitais particulares contratados ou credenciados pelos planos de saúde para a internação ou o atendimento de beneficiários desses planos provoca situações de cons-

trangimento ou – como já aconteceu – de risco de vida”.

Tais depósitos são exigidos, geralmente, explica o senador, para garantir o ressarcimento do prestador do serviço por eventuais procedimentos e medicações que o convênio se recuse a pagar. “Essas exigências são excessivas, caracterizando-se como prática abusiva, segundo dispõe o Código de Proteção e Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, em seu artigo 39, inciso V”, lembra.

Eduardo Suplicy disse concordar com o autor da proposta, assinalando que instituições de saúde aproveitam-se “da condição de fragilidade em que se encontra o usuário em decorrência da situação de doença sua ou de seu dependente, para auferir vantagens nas suas relações comerciais com a operadora do plano, em detrimento do consumidor”.

## Regulamentação de estágios na pauta da CE

A Comissão de Educação (CE) volta a analisar hoje, a partir das 11h30, projeto que regulamenta a concessão de estágios a estudantes de nível médio e superior. De acordo com o texto que será analisado pelos integrantes da comissão, a jornada de atividades a ser cumprida pelo estudante deverá compatibilizar-se com seu horário escolar e poderá ser reduzida ou dispensada durante os períodos de provas.

A regra está prevista em substitutivo elaborado pelo relator da matéria, senador Gerson Camata (PMDB-ES). Camata rejeita benefícios previstos para o estagiário no projeto original elaborado pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA). Entre eles, o recebimento de bolsa de valor não inferior ao salário mínimo e trinta dias de férias remuneradas – coincidentes com as férias escolares – após cada período de 12 meses de vigência do estágio.

Na justificativa de sua proposta, Ademir afirma que se deve evitar o desvirtuamento do estágio por meio da utilização dos estagiários, pelas empresas, como mão-de-obra qualificada e barata. O relator, por sua vez, sustenta que



Gerson Camata elaborou substitutivo rejeitando alguns benefícios para estagiário

o projeto original confunde o estágio, vinculado essencialmente à educação, com a relação de emprego. “Parte do pressuposto equivocado de que as empresas, em especial as transnacionais, se valem da mão-de-obra qualificada de estudantes-estagiários”, diz Camata em seu parecer.

Também será examinado pela comissão projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) – com parecer favorável da relatora, Marluce Pinto (PMDB-RR) – que garante a estudante do último ano de ensino médio, aprovado em processo seletivo para o ensino superior, a condição de matricu-



Ademir Andrade diz que sua proposta evita desvirtuamento do estágio

lar-se, mesmo que tenha sua formatura atrasada por causa de greve de professores.

Outro projeto estabelece que as empresas concessionárias de energia deverão veicular, no verso das contas de luz, instruções de segurança aos consumidores. Será igualmente analisado projeto que altera o nome de ponte localizada no trecho Santa Maria-Júlio de Castilhos da rodovia BR-158, no Rio Grande do Sul. Dezoito projetos de decreto legislativo que prevêem concessão ou autorização para o funcionamento de emissoras de rádio completam a pauta da comissão.

## Comissão analisa projeto que exclui DF do horário de verão

A possível exclusão do Distrito Federal e dos estados de Goiás e Tocantins das próximas edições do horário de verão será analisada hoje, a partir das 17h30, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). A medida está prevista em projeto de lei apresentado pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

De acordo com o senador, é pequeno o crescimento, durante o verão, do período ensolarado nessa região. A pequena economia de energia obtida com o horário de verão, na sua opinião, não compensaria reflexos maléficos eventualmente causados pelo adiantamento de uma hora nos relógios sobre a saúde humana. O projeto tem parecer favorável do relator da matéria, senador Mauro Miranda (PMDB-GO).

Também será analisada pela comissão mensagem do Poder Executivo que indica Luiz Alberto da Silva para o cargo de conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A mensagem também tem parecer favorável de Mauro Miranda.

Igualmente em pauta – mas com parecer contrário do relator, senador Nabor Júnior (PMDB-AC) – está projeto do senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) que suspende as licitações de novas áreas para exploração de petróleo no país, até que o Congresso Nacional aprove o planejamento estratégico de energia proposto pelo Conselho Nacional de Política Energética.

A comissão analisará ainda, em caráter terminativo, cinco proje-



Maguito Vilela: economia de energia não compensa reflexos maléficos de mudança

tos que prevêem alterações na lei que criou o Plano Nacional de Viação. O primeiro deles, de autoria do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) e com parecer favorável do relator, Iris Rezende (PMDB-GO), propõe a modificação do atual traçado da rodovia BR-080, para reincluir no percurso o estado do Mato Grosso. Também de autoria de Bezerra, o segundo projeto modifica o traçado da rodovia BR-242, estendendo-a de Sorriso (MT) até a rodovia BR-364 (Cuiabá-Porto Velho). A proposta tem parecer favorável do relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Os outros projetos, de autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR), prevêem a inclusão, no Plano Nacional de Viação, de três novos trechos rodoviários, sob as denominações de BR-433, BR-434 e BR-435. Todos têm parecer favorável da relatora, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

## Parente faz balanço hoje sobre programa de energia

O coordenador da Câmara de Gestão da Crise de Energia, ministro Pedro Parente, vem ao Congresso fazer um balanço do programa nacional de racionamento de energia elétrica. A prestação de contas deve ser apresentada hoje, às 18h, à Comissão Mista Especial da Crise de Energia.

Enquanto não houver suspensão do racionamento, a comissão deverá continuar trabalhando na busca de soluções permanentes para ampliar a capacidade interna de produção de energia elétrica. Segundo o senador Paulo Souto (PFL-BA), relator da comissão, seu parecer final deve destacar, por exemplo, formas alternativas de geração destinadas a evitar futuras reduções no nível de consumo de energia.

O material que irá fundamentar o relatório final da comissão, a ser entregue no máximo até o mês de abril, foi levantado nas diversas audiências públicas realizadas durante o segundo semestre de 2001. Nesses encontros, os parlamentares travaram discussões com especialistas e autoridades governamentais sobre as saídas para a crise energética brasileira.

# Artur da Távola nega ataque do governo ao PFL

Falando em nome do presidente Fernando Henrique Cardoso e do PSDB, senador afirma que o Palácio do Planalto não esteve por trás da ação de busca e apreensão realizada pela Polícia Federal em empresa do marido de Roseana Sarney



Segundo Lúdio, operação da PF não deveria causar abalo no relacionamento entre PSDB e PFL

## Para Lúdio Coelho, ação da Polícia Federal foi normal

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) considerou "absolutamente normal" a ação da Polícia Federal (PF) que procedeu à busca e apreensão de documentos no escritório da empresa Lunus, do secretário de Planejamento do Maranhão, Jorge Murad. Na opinião do senador, a PF exerceu uma de suas obrigações legais, que é cumprir decisão da Justiça Federal do Tocantins.

— Essas investigações em nada atingiriam a governadora Roseana porque, se está tudo em ordem no escritório, qual é a inconveniência de se fazerem as investigações? — questionou o senador.

Para Lúdio, as reações da governadora e de alguns setores do PFL que criticaram a ação foram exageradas, pois esse tipo de assunto não deveria causar qualquer abalo no relacionamento entre PSDB e PFL na base de sustentação ao governo.

— Não houve intervenção direta de áreas do Executivo para que essa verificação no escritório do senhor Murad acontecesse. Foi um desdobramento normal das investigações sobre as irregularidades na Sudam — disse o senador.

### TSE

Lúdio também elogiou a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de determinar que as coligações partidárias nos estados sigam as coligações firmadas em nível nacional.

— Esse é um passo importante na organização partidária brasileira. Nós não conseguiríamos uma administração eficiente com o Executivo tendo que conviver com trinta e tantos partidos. A decisão do TSE substitui a omissão do Executivo e do Congresso em relação à reforma eleitoral — afirmou o senador.

O líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), ocupou a tribuna ontem para negar que o Palácio do Planalto estivesse por trás da ação de busca e apreensão realizada na última sexta-feira pela Polícia Federal, em cumprimento a mandado judicial, em empresa de Jorge Murad, marido da governadora do Maranhão e candidata do PFL a presidente da República, Roseana Sarney. A suspeita de participação do governo no caso, com o objetivo de prejudicar a candidatura adversária, pode levar o PFL a romper com a base governista.

— O governo não tem a ver com esse episódio em nenhum de seus pontos — garantiu Artur da Távola, falando em nome do presidente Fernando Henrique Cardoso e do PSDB.

De acordo com o senador, que disse ter discutido o assunto longamente com o presidente na noite de domingo, o governo desconhe-



Na opinião de Távola, não seria inteligente hostilizar o PFL, "um partido de grande grau de colaboração"

cia o mandado de busca. Mas, mesmo que soubesse dele, não teria ingerência em um assunto da Justiça.

Távola também argumentou contra a hipótese de participação do governo afirmando que não seria inteligente hostilizar o PFL, pois não haveria nenhuma vantagem nisso.

— Só se o governo fosse composto de débeis mentais um ato como esse seria engendrado contra um partido aliado num ano eleitoral.

Não se rompem alianças por meio de mecanismos desleais, até porque a lealdade é a regra número um da política — assegurou.

O senador elogiou o PFL, dizendo que sempre foi um partido de grande grau de colaboração, não apresentando as dificuldades que tem, dentro da aliança, "o PMDB, por exemplo, que, pela sua natureza, é um arquipélago de lideranças regionais". Ele ressaltou que alguns setores do PFL já começam a aceitar que o governo "não teve nada a ver com isso".

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) levantou suspeita sobre a participação do governo no episódio.

— Confio, da primeira à última palavra, na sinceridade do que o senador Artur da Távola está afirmando. Está reproduzindo o que o presidente Fernando Henrique disse. Mas o presidente diz o que o ouvinte gosta de ouvir — afirmou Simon.

## Bello Parga aponta "manobra eleitoreira"

O senador Bello Parga (PFL-MA) pediu "providências governamentais" sobre o cumprimento, pela Polícia Federal, de mandado judicial de busca e apreensão executado na sede da empresa Lunus Serviços e Participações Ltda., de propriedade da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, e de seu marido, o secretário de Planejamento do Estado, Jorge Murad.

— Que venham as providências governamentais, porque um órgão do governo federal — no caso, a Polícia Federal — está envolvido nessa manobra eleitoreira — disse Bello Parga em Plenário ontem.

O parlamentar ressaltou que as decisões judiciais ocorrem somente agora, quando a governadora começa a se destacar nas pesquisas de intenção de voto para a Presidência da República. E acrescentou que seu partido ainda está examinando a questão, mas muitos de seus líderes já se anteciparam, manifestando-se pela não aceitação da maneira como tudo foi realizado, "com inegável conotação política".

Parga leu ainda nota divulgada por Jorge Murad em relação ao episódio, para "comunicar ao Senado e ao Brasil o que está se passando



Bello Parga pediu "providências governamentais" em relação à atitude da Polícia Federal

na capital do Maranhão". Acrescentou, porém, que o povo maranhense "não precisaria desses esclarecimentos": segundo ele, todas as pesquisas sobre a aceitação do governo de Roseana Sarney registram "um apoio de mais de 80%".

Na nota lida pelo senador, Murad diz que a ação policial lhe "causou estarcimento" e afirma não ter conhecimento de qualquer processo tramitando no Tocantins contra ele ou contra a Lunus. Pelo fato de o processo correr em segredo de Justiça, o secretário estadual disse que não sabe do que está sendo acusado nem do que deve se defender.

Murad afirma, na nota, sua surpresa com o fato de a revista semanal *Época* divulgar todos os detalhes do segredo de Justiça um dia depois da ação policial. Ele relata que, segundo a revista, a prova mais contundente contra sua empresa teria sido encontrada um ano antes, no escritório da empresa A. C. Rebouças, de São Luís, que seria encarregada da contabilidade da Lunus. Segundo Murad, tal fato é inverídico, já que a contabilidade da empresa é feita pelo contador Augusto Sampaio.

O secretário chama ainda de "despautério" a acusação de que teria empresas nas Ilhas Virgens Britânicas, conhecido paraíso fiscal no Caribe. A nota também rechaça a ligação da Lunus com a empresa Nova Holanda Agropecuária, localizada em Balsas (MA) e beneficiária de verbas da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Ele reconhece que a Lunus foi sócia da Agrima Agricultura e Pecuária Ltda. entre agosto de 1993 e janeiro de 1994. A Agrima também foi acusada de ser beneficiária de financiamentos irregulares da Sudam, em período posterior à sociedade com a Lunus.

## Heloísa vai pedir que CFC apure denúncias contra Jorge Murad

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) anunciou que na próxima reunião da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), na quinta-feira, solicitará que seja iniciada investigação sobre as denúncias publicadas na imprensa contra o empresário Jorge Murad, marido da governadora do Maranhão, Roseana Sarney.

— É importante estabelecer esse procedimento investigatório na CFC para ver se as denúncias são verdadeiras ou se não passam da velha disputa dentro da base governista. Como se trata de dinheiro público, a investigação é de fundamental importância e é obrigação da comissão — afirmou Heloísa Helena.

## Geraldo Melo diz que apreensão não significa ato político

O líder do PSDB no Senado, Geraldo Melo (RN), disse que a apreensão de documentos pela Polícia Federal no escritório de Jorge Murad não representou um ato político. A decisão da Justiça não poderia sofrer intervenção do governo, ressaltou o senador.

— Se a polícia tiver cometido excessos, compete ao ministro da Justiça tomar medidas para coibir os abusos — afirmou.

Melo disse confiar na condução que os líderes do PFL darão ao episódio e também esperar serenidade de Roseana.

— Se ela está preparada para governar o Maranhão como vem governando, deverá ter a serenidade que o momento exige — observou.



Heloísa considera fundamental a investigação



Geraldo Melo espera "serenidade" de Roseana Sarney

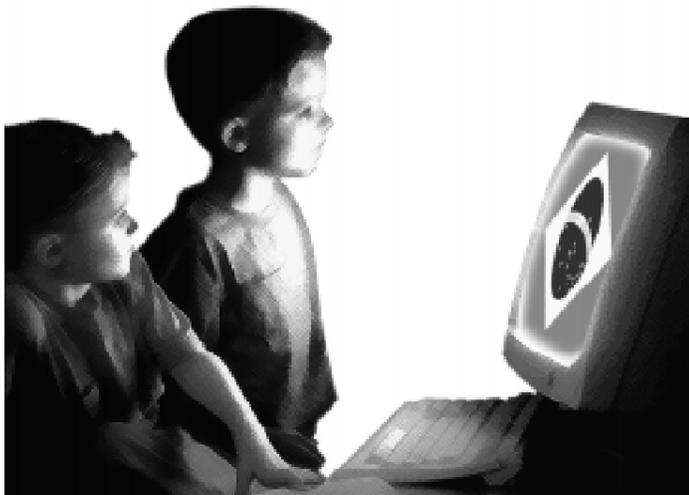
# Informatização de escolas preocupa parlamentares

Comissão vota requerimento que convoca ministros a explicar alternativas que viabilizem a compra de computadores

A Comissão Mista de Orçamento vota hoje, a partir das 14h30, requerimento de convocação dos ministros da Educação e das Comunicações, Paulo Renato e Pimenta da Veiga, para que apontem alternativas capazes de evitar a paralisação do programa destinado a colocar 290 mil computadores em 13 mil escolas públicas de ensino médio do país, todos ligados à Internet. A compra dos computadores foi suspensa por decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), depois de questionamentos de deputados e senadores de oposição.

O problema surgiu assim que os parlamentares constataram que o edital de compra dos computadores só permitia a participação das cinco grandes concessionárias de serviços de telecomunicações do país, excluindo qualquer empresa que fabrica componentes de informática. O edital foi preparado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Os deputados opositoristas questionaram também a programação dos computadores, os



quais teriam de conter o Windows, da Microsoft. O governo negociou com os parlamentares, aceitando a inclusão de programas alternativos nos computadores, mas o TCU suspendeu a licitação até que se resolva o problema da exclusão dos fabricantes de computadores da licitação.

O requerimento a ser votado na Comissão de Orçamento é de autoria dos deputados Virgílio Guimarães (PT-MG), Sérgio Miranda (PCdoB-MG) e Jorge Bittar (PT-

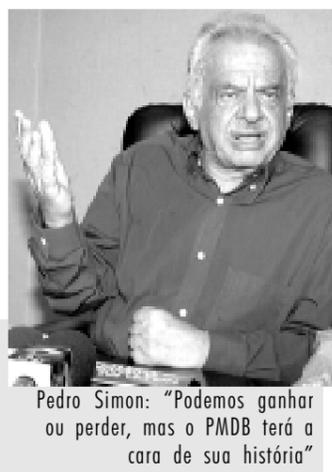
RJ). Sérgio Miranda acredita que, durante os debates com os ministros, possa ser encontrada solução para o programa, que é financiado pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), o qual recebe uma porcentagem do faturamento das concessionárias de telecomunicações. "As oposições não estão contra o programa. Apenas querem que fabricantes de computadores possam participar da licitação", pondera.

## Simon garante que PMDB terá candidato próprio à Presidência

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) garantiu que seu partido terá candidato à Presidência da República, a ser escolhido nas prévias do próximo dia 17. Esse foi o resultado mais importante da convenção realizada no domingo, em São Paulo, "em que o PMDB histórico derrotou essa legião estrangeira que se apossou da direção do partido", destacou Simon, referindo-se aos atuais líderes na Câmara, Geddel Vieira Lima — oriundo da Arena — e no Senado, Renan Calheiros (AL) —, que pertenceu ao PRN.

Para Simon, os partidos que tiverem candidato a presidente da República sairão das eleições de outubro como partidos nacionais, enquanto aqueles que não apresentarem candidato próprio ficarão reduzidos à condição de segunda linha.

— Vamos lançar candidato. Podemos ganhar ou perder, isso será



Pedro Simon: "Podemos ganhar ou perder, mas o PMDB terá a cara de sua história"

circunstancial. Mas o PMDB terá a cara de sua história, não a desses usurpadores que estão querendo leiloar nossa tradição.

Simon ressaltou que não estava defendendo a sua candidatura à Presidência da República.

— Geddel e Renan podem apresentar qualquer outro nome que eu apóio: Jarbas Vasconcelos, go-

vernador de Pernambuco, ou o senador Iris Rezende, por exemplo — disse.

Na avaliação de Simon, as prévias do dia 17, com 15 mil votantes, terão uma participação maciça, mesmo com a decisão da direção do PMDB de manter apenas uma urna na capital de cada estado. Ele fez um apelo aos prefeitos e vereadores de lugares pequenos e isolados para que saíam de suas cidades para votar na capital. "Sei que será um sacrifício, mas valerá a pena", garantiu.

Em aparte, o senador Álvaro Dias (PDT-PR) afirmou que as dificuldades que o PMDB enfrenta são reflexo da atual anarquia partidária no Brasil, consequência da falta da reforma política, que não foi aprovada. Também em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) disse que o PMDB precisa lançar candidatura presidencial, por ter excelentes quadros.

## Heloísa pede definição de regras para coligações

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) dirigiu apelo ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para que esse colegiado defina, até hoje, as normas que irão operacionalizar nos estados a nova dinâmica eleitoral decorrente de resolução daquele tribunal sobre as coligações partidárias. "Espero que o TSE possa responder antecipadamente a essas dúvidas", afirmou.

Heloísa Helena disse temer que a falta de definições leve a nova regra a se tornar uma moeda de troca e negócios no mundo da política. "Vai virar uma feira vendendo chapas camarão", comparou. Ela afirmou ainda que o povo brasileiro está consciente da irres-



Heloísa Helena: "Espero que o TSE possa responder antecipadamente às dúvidas"

ponsabilidade do Congresso Nacional, que não votou a reforma política, e da necessidade de coerência entre os programas dos partidos e as alianças eleitorais.

## Comissão Parlamentar do Mercosul debate seminários

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul reúne-se hoje, às 17h30, para debater as questões que serão discutidas nas reuniões externas de Fortaleza e Natal, marcadas para o período de 10 a 14 próximo. Em Fortaleza, a comissão integrará o seminário internacional "O Mercosul, a Alca e o endividamento externo", evento paralelo à reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Em Natal, a Comissão do Mercosul participará de outro seminário internacional, "O Mercosul e a Alca: desafios e oportuni-

des". Está prevista a participação de delegações das comissões do Mercosul das seções brasileira, argentina, paraguai e uruguaia, além do Parlamento Andino e do Latino-Americano e dos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados do Chile e da Bolívia.

Na reunião também deverá ser feita uma exposição sobre a participação da representação brasileira da Comissão do Mercosul no XI Encontro do Parlamento Cultural do Mercosul, realizado entre os dias 24 e 27 de fevereiro, na Ilha da Páscoa, Chile. O evento foi denominado "Encontro de Duas Culturas".

## Jucá anuncia investimentos de R\$ 55 mi do FNO em Roraima

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) informou que, de acordo com o que prevê o Plano de Aplicação de Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o estado de Roraima receberá ao longo de 2002 cerca de R\$ 55 milhões.

Jucá disse que com a cooperação do Banco da Amazônia (Basa), da Secretaria Especial do Ministério da Integração Nacional, de lideranças municipais e estaduais, além de representantes de segmentos produtivos do estado, foi possível ajustar a quantidade de recursos dispo-



Romero Jucá: recursos vão beneficiar a economia do estado

níveis às necessidades de Roraima.

O objetivo do plano, continuou o senador, é investir no desenvolvimento da região por meio da preservação ambiental, da implantação de uma estrutura socioeconômica na região e da formulação de políticas de ciência e tecnologia.

Os investimentos, acredita Jucá, vão beneficiar a economia do estado no aumento do valor agregado bruto estadual, na arrecadação de impostos e taxas e na oportunidade de empregos. As atividades voltadas para a agricultura podem diminuir o êxodo rural.

# Patrocínio quer "trabalho diuturno" contra dengue

O senador está preocupado com o aumento de casos da doença, inclusive do terceiro tipo, que é fatal. Ele alertou ainda para o risco de aparecimento de casos de febre amarela, cujo vetor também é o mosquito *Aedes aegypti*



Marina Silva criticou a medida provisória que regulamenta o acesso à biodiversidade

## Política ambiental deixa a desejar, afirma Marina

A senadora Marina Silva (PT-AC) criticou ontem a atuação do governo federal em relação ao meio ambiente ao avaliar os avanços ocorridos no Brasil desde a Conferência Mundial Rio-92.

– Acho que, no geral, nós estamos deixando muito a desejar no que concerne à implantação da Agenda 21 – afirmou, destacando, no entanto, resultados positivos, como a redução da emissão de gases tóxicos.

Marina Silva também criticou a medida provisória (MP) que regulamentou o acesso à biodiversidade. Segundo a senadora, projeto de sua autoria sobre o assunto, que foi aprovado por unanimidade no Senado, acabou sendo atropelado pela MP.

– Lamentavelmente, nós temos uma medida provisória que não corresponde a nenhuma necessidade referente ao combate à biopirataria, à internacionalização do conhecimento, à repartição de benefícios para as comunidades locais e ao reconhecimento de seus saberes – disse.

A senadora Marina Silva também elogiou a Campanha da Fraternidade 2002, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que propõe uma reflexão sobre a situação dos povos indígenas no Brasil.

– Acho que a campanha tem uma importância estratégica do ponto de vista do resgate dos direitos das comunidades indígenas e uma importância do ponto de vista simbólico.

Ao lembrar que neste ano, no Brasil, já morreram 39 pessoas vítimas da dengue, contra 28 no ano passado, o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) expressou ontem preocupação com o recrudescimento da doença e chamou a atenção das autoridades para a necessidade de um trabalho profilático diuturno, capaz de reduzir o aparecimento de novos casos.

Patrocínio observou que, em 1958, a dengue foi considerada erradicada do Brasil, graças ao trabalho de médicos sanitaristas como Oswaldo Cruz. Afirmou também que, depois de a dengue matar mais de 4 mil pessoas no Rio de Janeiro, Oswaldo Cruz andou por todo o país erradicando o *Aedes aegypti*, que agora volta vitimando milhares de brasileiros.



Para Carlos Patrocínio, a epidemia de dengue começa a recrudescer

O senador informou que hoje, no Rio de Janeiro, há 52 mil casos notificados, enquanto no Distrito Federal confirmaram-se 150 casos, existindo ainda cerca de 300 exames sem resultado final.

– Eu quero chamar a atenção das autoridades sanitárias porque parece que essas epidemias, inclu-

sive a Aids, começam a recrudescer com muita intensidade.

### FEBRE AMARELA

Para o senador, se não houver um trabalho profilático rigoroso, o Brasil vai assistir inclusive ao reaparecimento da febre amarela, doença muito mais grave e cujo vetor é o mesmo mosquito que

provoca a dengue – o *Aedes aegypti*.

O senador também observou que, por falta de investimento no combate ao mosquito, o Brasil, que só conhecia o primeiro tipo da dengue, já enfrenta agora o terceiro tipo, que é fatal.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) e o senador Lauro Campos (PDT-DF) solidarizaram-se com o discurso de Patrocínio, dizendo que o governo foi omissivo na aplicação de verbas no combate ao *Aedes aegypti*.

– É de uma gigantesca irresponsabilidade o que foi feito em matéria de saúde pública no Brasil – disse a senadora. Lauro Campos afirmou que, “nesse governo neoliberal, estão recrudesendo doenças como a neodengue, a neotuberculose e a neohanseníase”.

## Mauro Miranda solicita providências ao governo federal para combater a doença

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO), ao comentar a ascensão do número de casos de dengue no país, fez apelo ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e ao ministro da Saúde, Barjas Negri, no sentido de que o estado de Goiás receba assistência para combater a proliferação do mosquito transmissor da doença, o *Aedes aegypti*.

Segundo disse Mauro Miranda, em relação a 2001 houve crescimento de 553% nos casos de dengue, registrando-se 87 casos na primeira semana de janeiro e 209 na semana seguinte, somente em Goiânia. Mauro Miranda ressaltou a carência de iniciativas planejadas, práticas e imediatas na área de saúde, tanto por parte do estado de Goiás como por parte do governo federal.

– Enquanto as autoridades discutem se a jurisdição sobre o mosquito deve ser federal, estadual ou municipal, a dengue vai multiplicando vítimas nas cidades de todo o país – afirmou.

### PROFILAXIA

Mauro Miranda criticou a interrupção de programas de saúde iniciados em governos anteriores de Goiás e no próprio governo federal para a profilaxia de endemias. “Soluções antigas são arquivadas.



Mauro criticou a interrupção de programas de saúde iniciados em governos anteriores

das. Não se sabe por quê”, lamentou.

Lembrando que o Brasil já é um país essencialmente urbano, onde cerca de 80% da população vive e trabalha em aglomerações com mais de 20 mil habitantes, o senador ressaltou a importância do Estatuto da Cidade, que confere ao poder público os instrumentos para intervir de forma eficaz em questões ligadas ao bom uso do solo, à moradia, à infra-estrutura, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho, ao lazer e ao saneamento ambiental.

– Quando não são criados os canais previstos no estatuto, para que o povo participe das decisões que afetam o bem-estar geral, o resultado são providências adiadas, responsabilidades indefinidas, programas interrompidos por picuinhas políticas e boas soluções de antigos administradores arquivadas pela inveja e despeito de seus sucessores – afirmou o senador.

Mauro Miranda disse que, se a União, os governadores e os prefeitos não são capazes de um entendimento mínimo para resolver o problema em conjunto, “pelo menos devem demonstrar mais respeito pelo sofrimento alheio”, concluiu.



Vasco Furlan é autor do projeto que institui o Dia Nacional de Combate à Dengue

## Comissão analisa campanha de erradicação do “Aedes”

Encontra-se na Comissão de Educação projeto do senador licenciado Vasco Furlan (PPB-SC) que institui a data de 23 de julho como Dia Nacional de Combate à Dengue. O objetivo da proposta é mobilizar o poder público e a participação da população em ações contra o vetor da doença – o mosquito *Aedes aegypti*.

Na justificativa da matéria, Furlan afirma que a dengue é atualmente o mais importante problema de saúde pública, e o combate ao vetor da doença assume relevância estratégica, pois o mosquito é também transmissor da febre amarela.

– É opinião dos especialistas que a erradicação do vetor é objetivo inviável de ser atingido e que o controle do mosquito e da doença exige um trabalho permanente por, no mínimo, uma década. Todos concordam que, sem a participação da população, esse objetivo dificilmente será atingido – afirmou.

Para Furlan, a melhor época para se fazer a intervenção é durante o meio do ano, após a estação das chuvas, quando ocorrem as temperaturas mais baixas. Esse conjunto de circunstâncias favorece a redução do número de casos, daí a escolha da data para a campanha.

## Agripino: nova lei protege mais acionista minoritário

Senador defende isenção da CPMF sobre as operações realizadas em bolsas de valores para que se equilibre a competitividade com o exterior

A entrada em vigor da Lei das Sociedades Anônimas dará mais proteção aos acionistas minoritários, devendo atrair um número maior de investidores para as bolsas de valores, afirmou o senador José Agripino (PFL-RN) em entrevista à Rádio Senado. Ele foi relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Agripino explicou que a possibilidade de os acionistas minoritários indicarem

representantes ao Conselho Fiscal contribuirá, decisivamente, para resguardar seus direitos. Ele destacou que o Conselho Fiscal terá seus poderes reforçados, podendo investigar os atos dos administradores das empresas.

A seu ver, é relevante que a nova lei preveja mecanismos de arbitra-



José Agripino foi o relator da nova Lei das Sociedades Anônimas na Comissão de Justiça

gem para dirimir conflitos entre os acionistas e a companhia ou entre os minoritários e os controladores.

— A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) também ganha mais poder e mais responsabilidade em relação aos acionistas — explicou.

Agripino reconhece que a nova

lei não é uma proposta ideal e definitiva, mas mesmo assim entende que é decisiva para a modernização do mercado de ações no país.

— Em alguns anos, quando a sociedade e as forças representativas da economia evoluírem para um novo patamar, será possível um segundo avanço na defesa dos acionistas minoritários — afirmou.

O senador considera importante que o Congresso aprove a isenção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) para as operações em bolsas. A medida, ressaltou, é necessária para equilibrar, em competitividade, as bolsas brasileiras com as internacionais.

— Uma ação da Petrobras negociada na Bolsa de Nova York sai mais barata do que a vendida na Bovespa, onde paga 0,38% de CPMF. A vantagem para Nova York é evidente — disse.

## Álvaro Dias propõe reestruturação das universidades públicas do país

Ao apontar uma crescente deterioração do ensino superior paranaense, o senador Álvaro Dias (PDT-PR) defendeu ontem a reestruturação do sistema universitário público no seu estado e no país. Na avaliação do senador, as instituições de nível superior devem preocupar-se com a formação de cidadãos com elevada competência profissional, científica e ética e pautar-se pelo respeito a princípios de equidade, inovação, produção e difusão de conhecimentos.

— As universidades devem impulsionar o desenvolvimento sustentável, através do conhecimento científico, e contribuir para a melhora da educação em todos os níveis, especialmente pela formação de indivíduos que saibam aprender permanentemente — afirmou, para salientar que a crise no sistema não se limita ao Paraná e que, portanto, a reestruturação deve se dar em todo o Brasil.

Álvaro Dias propôs que as uni-

versidades públicas paranaenses trabalhem na identificação dos campos de pesquisa prioritários para a comunidade, estimulando projetos que tenham relevância social. O senador também defendeu a cooperação entre as universidades do Paraná e do interior da Argentina, com o intercâmbio de professores e alunos.

Quanto ao financiamento dessas instituições, Álvaro Dias afirmou ser “radicalmente favorável ao aporte de recursos públicos para a manutenção das universidades”, que devem, na sua opinião, ter caráter gratuito.

— Mesmo que se adotem outros mecanismos de financiamento privado, o Estado não pode deixar de investir na educação pública. O aporte de recursos privados não deve produzir a desobrigação do Estado, por uma questão de soberania — avaliou.

Álvaro Dias salientou o papel estratégico desempenhado pela universidade, no que diz respeito à formação de quadros para o



Álvaro Dias afirmou ser favorável ao aporte de recursos públicos para manutenção das universidades

serviço público e para o desenvolvimento econômico e cultural do país.

— Só a educação pública superior produz conhecimentos novos, importantes para o desenvolvimento da sociedade, e a formação de profissionais segundo os interesses públicos. Sem um forte investimento em pesquisa e a inseparável formação de novos pesquisadores o futuro do país fica seriamente comprometido — acrescentou.

## Estados podem ser impedidos de cobrar ICMS antes da venda

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) começa a examinar nos próximos dias projeto de lei complementar que elimina a cobrança antecipada do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), antes da venda do produto ao consumidor. Atualmente, a lei permite que o fisco estadual lance o imposto assim que a mercadoria entra na empresa, mesmo que ela demore a ser vendida.

A proposta foi apresentada pelos senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Lindberg Cury (PFL-DF), com o argumento de que alguns governos de estado, no afã de “arrecadar mais e mais”, estão cometendo abusos, “confundindo antecipação tributária com aumento de receita”. Segundo eles, muitos estados têm cobrado o imposto na própria divisa interestadual, durante o trânsito da mercadoria.

Para os dois senadores, do ponto de vista econômico essa cobrança sufoca a atividade privada e prejudica o desenvolvimento, pois lança as “bases para uma crise futura, pela anemia das atividades produtivas”.

“CARNAVAL DE ABUSOS”

— Os estados que assim agem violentam a filosofia do ICMS, quebra a sua neutralidade, sufocam os contribuintes e nada resolvem, pois a receita antecipada para hoje será a que faltará amanhã — observam os dois autores da proposta, que regulamenta o conceito de “substituição tributária” previsto



Antonio Carlos Valadares é um dos autores do projeto em exame na CAE que altera cobrança do tributo

no artigo 150 da Constituição e coloca um fim no que eles chamam de “verdadeiro carnaval de abusos e inconstitucionalidades praticadas pelos estados no campo do ICMS”.

O projeto cria mecanismos para conter o abuso do fisco e dos contribuintes ao se fixar a base de cálculo do ICMS. Assim, a administração poderá desconsiderar o preço sugerido pelo fabricante, se ele for comprovadamente subestimado, e o contribuinte poderá recusar o valor arbitrado pela Fazenda estadual, se ele também comprovar que o valor está superestimado. Mas haverá critérios para as recusas de parte a parte. Se o preço estiver abaixo de 85% dos preços médios praticados no mercado nos últimos seis meses, o fisco poderá contestar o valor. Se a base de cálculo apresentada pela receita estiver 15% acima da média dos últimos seis meses, a empresa também poderá contestar o valor da cobrança.

## Projeto introduz reparo moral contra ato da Fazenda Pública

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apresentou projeto que modifica a Lei de Execução Fiscal, assegurando ao executado por dívida já paga o direito de pleitear da Fazenda Pública reparação pelo dano moral. A matéria encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aguardando emendas.

O projeto assegura ao executado, naquela situação, o direito de pleitear, administrativamente ou em ação própria, a reparação por dano moral até o dobro do que lhe houver sido cobrado a esse título pela Fazenda Pública.

Carlos Bezerra lembrou que a Constituição considera invioláveis a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano moral decorrente da sua violação. No entanto, observou, embora o Código Civil obrigue o demandante por dívida já paga no todo a pagar ao devedor o dobro do que houver cobrado, há jurisprudência no sentido de que não cabe aplicar a sanção ao Estado, por ajuizar cobrança de dívida já paga, “pois tal procedimento não configuraria má-fé, mas, sim, no máximo, desorganização de um setor público”.